



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

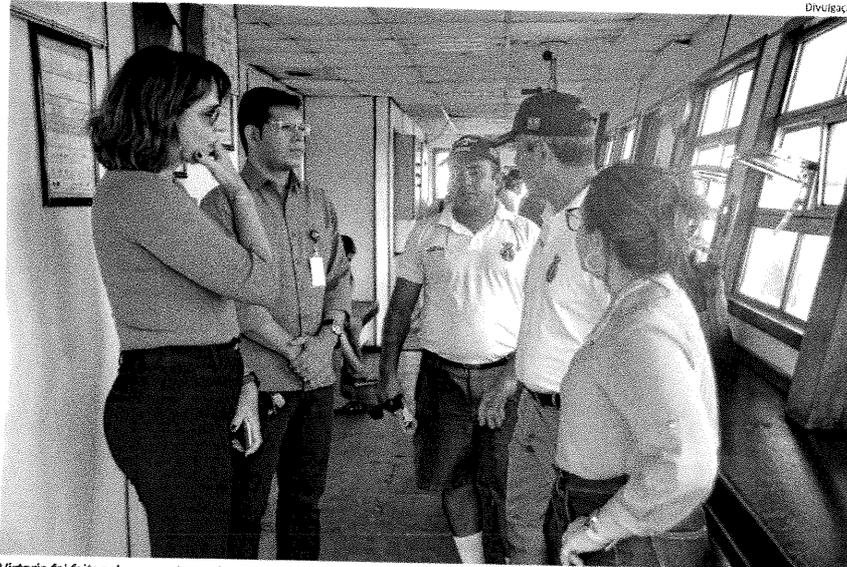
CLIPPING
19 de dezembro
de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Capa					
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	1	Gerada	Positiva



Divulgação

Sem conservação

Inspeção detecta falhas na higiene de ferry-boats

CIDADES 5

Vistoria foi feita pelas promotoras de Justiça Lítia Cavalcanti e Alineide Martins Costa e contou com a participação da Capitania dos Portos



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	5	Gerada	Positiva
------	----------------	------	---	--------	----------

Inspeção detecta falhas na higiene e na conservação de ferry-boats

Vistoria foi a primeira de outras que serão feitas durante o fim de ano nas embarcações e terminais; foi verificado que Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 2014, está sendo desrespeitado; MOB afirma que acata as recomendações

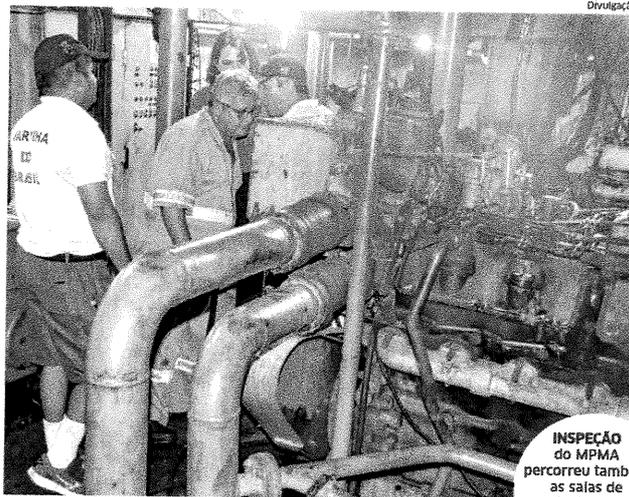
Irregularidades foram encontradas, durante inspeção do Ministério Público do Maranhão (MPMA), nos ferry-boats que operam no estado. As primeiras visitas ocorreram na cidade de Tutoia e na Baía de São Marcos, nesta segunda-feira, 16. As vistorias continuarão no período de fim de ano. As equipes detectaram, sobretudo, problemas na higienização e conservação das embarcações. Foi verificada, por exemplo, muita sujeira na cabine dedicada aos idosos e pessoas com deficiência.

A vistoria foi coordenada pelas promotoras de Justiça Lítia Cavalcanti e Alineide Martins Rabelo Costa, da Promotoria de Defesa do Consumidor, mas contou com a participação da Capitania dos Portos do Maranhão (CPMA), da Marinha do Brasil. Os alvos foram as empresas Servi-Porto e Internacional Marítima, cujas embarcações estavam ancoradas no Terminal da Ponta da Espera, em São Luís. Foram avaliados vários itens nas embarcações, como a documentação, e as condições de segurança para os tripulantes e passageiros.

De acordo com Lítia Cavalcanti, foram inspecionadas, ainda, as casas de máquinas das embarcações. "Trata-se de um desrespeito às condições de salubridade em um ambiente de trabalho", declarou a promotora.

Outras irregularidades

Durante a inspeção, outras irregularidades foram encontradas pelas promotoras e oficiais da Marinha do Brasil, principalmente no que se refere aos direitos dos consumidores. Em Tutoia, as equipes detectaram que o esgoto de um dos ba-



nheiros do ferry-boat estava jorrande em direção à casa de máquinas. Esse fato foi verificado no espaço onde os tripulantes da embarcação transitam para a realização de suas tarefas diárias.

Além disso, verificaram condições insalubres nos banheiros, que estavam fechados, e na cabine reservada aos idosos e deficientes. Outro ponto reprovado na visita foi a ausência de sinalização de rotas de fuga, e no desembarque de passageiros, sem qualquer medida de segurança.

Segundo o Ministério Público, o embarque deveria obedecer

Condições insalubres nos banheiros

aos critérios de prioridade para idosos, pessoas com deficiência, crianças de colo e mulheres grávidas. Com relação aos veículos, estes só podem adentrar nos ferry-boats após acomodação de todos os passageiros. No desembarque, a prioridade é a saída dos pedestres, algo que, frequentemente, é desrespe-

tado, conforme reclamações de quem usa diariamente as embarcações.

O MPMA disse que as empresas de ferry-boat se comprometeram em instalar uma corrente de proteção antes da rampa de acesso ao terminal. O objeto só pode ser retirado após a saída do último passageiro. Também foi anunciado que farão sinalizações necessárias dentro das embarcações, e, ainda, disponibilizar funcionários suficientes para orientar as pessoas no embarque, travessia e desembarque.

Sobre a ação do MPMA nos

OUTRAS INSPEÇÕES

Em novembro de 2015, a Ouvidoria Geral do MPMA fez uma inspeção técnica nos ferry-boats, juntamente com a promotora Lítia Cavalcanti, e a Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem). O grupo averiguou os compartimentos das embarcações. Também foi observada a segurança dos passageiros e tripulação. Além do aumento dos preços das tarifas cobradas pelo transporte de veículos e os pontos de embarque e desembarque.

Os promotores verificaram, ainda, as condições sanitárias nos banheiros das embarcações e nos espaços de comercialização de bebidas e comidas. Outro item foi a quantidade de coletes salvavidas. No decorrer da vistoria, a equipe distribuiu panfletos com o objetivo de facilitar a resolução de problemas dos passageiros.

Termo de Ajustamento

Em 15 de dezembro de 2014, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre as duas operadoras do transporte aquaviário e a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), sob a Intermediação do Ministério Público. O objetivo é garantir os direitos dos consumidores, por meio de mudanças nos procedimentos de embarque, ampliação da oferta de viagens e pontos de venda de passagens, e adoção de novas normas de higiene e segurança. Para a Lítia Cavalcanti, situações que haviam sido resolvidas após o TAC estão novamente afetando os direitos dos consumidores. Ela frisou que o serviço está sendo oferecido de forma precária. "Após a homologação do acordo e diante das cobranças do Ministério Público, os problemas foram corrigidos, mas o que se observa hoje é que os mesmos problemas do passado retornaram", destacou a promotora.

ferry-boats, a Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB) informou, em nota, que mantém fiscalização permanente tanto no Serviço Aquaviário, quanto no Serviço Rodoviário. Durante períodos festivos, a fiscalização é intensificada e a MOB realiza parceria com outros órgãos (EMAP, Procon, Polícia Militar, Capitania dos Portos) para garantir maior efetividade na fiscalização.

Em relação à inspeção realizada pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), a MOB destaca que sempre acata as recomendações oriundas do órgão e aguardará as observações referentes à fiscalização realizada essa semana. A MOB ressaltou, ainda, que já organizou e montou com os demais órgãos competentes o plano de ações para as operações que serão realizadas neste fim de ano. ●

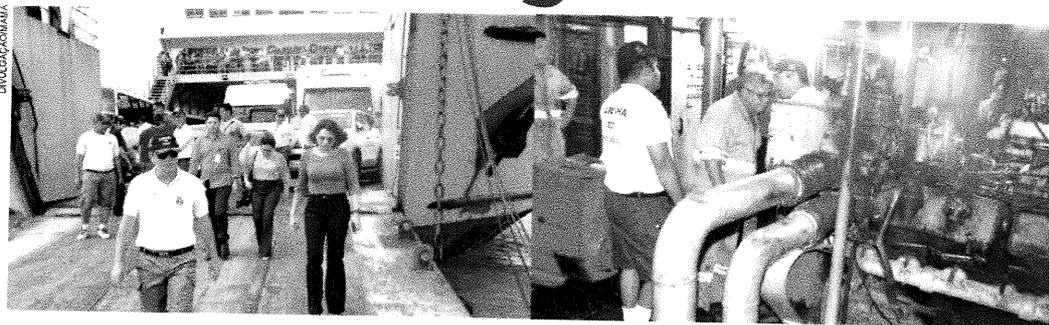


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Capa					
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	1	Gerada	Positiva

Fiscalização do MP acha irregularidades em ferry-boats



O objetivo inicial da fiscalização foi verificar a segurança dos barcos e durante o trabalho as promotoras de justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, Lítia Teresa Costa Cavalcanti e Alineide Martins Rabelo Costa, constataram uma série de irregularidades na prestação dos serviços aos passageiros que utilizam o transporte aquaviário.

PAGINA 5



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEICULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Geral					
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	5	Gerada	Positiva

MARINHA

MP acha irregularidades em vistoria de ferry-boats

DIVULGAÇÃO



PROMOTORAS FISCALIZARAM FERRY-BOATS EM SÃO LUÍS

O Ministério Público do Maranhão e a Marinha realizaram na manhã da última segunda-feira (16), vistoria nos ferry-boats Cidade de Tutóia e Baía de São Marcos das empresas Servi-Porto e Internacional Marítima, respectivamente, ancorados no Terminal da Ponta da Espera, em São Luís. A atividade marca o início de uma série de inspeções que serão realizadas nas embarcações.

O objetivo inicial foi verificar a segurança dos barcos e durante o trabalho as promotoras de justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, Lítia Teresa Costa Cavalcanti e Alineide Martins Rabelo Costa, constataram uma série de irregularidades na prestação dos serviços aos passageiros que utilizam o transporte aquaviário.

A Marinha avaliou a documentação das embarcações e dos tripulantes, além de inspecionar as casas de máquinas nas embarcações. No Cidade de Tutóia, foi constatado que o esgoto de um dos banheiros está pingando na casa de máquinas, no espaço onde os trabalhadores do setor transitam. "Trata-se de um desrespeito às condições de salubridade em um ambiente de trabalho", afirmou Lítia Cavalcanti.

Em relação aos direitos dos consumidores, o MPMA detectou uma série de irregularidades: banheiros fechados, sujeira na cabine reservada a idosos e pessoas com deficiência, falta de sinalização de rotas de fuga e desembarque de passageiros sem medidas de segurança. "Falta conservação e higiene nas embarcações", destacou Alineide Costa.

Em 2014, o MPMA firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Servi-Porto e a Internacional Marítima a fim de sanar irregularidades nas áreas de segurança e higiene. "Após a homologação do acordo e diante das cobranças do Ministério Público os problemas foram corrigidos, mas o que se observa hoje é que os mesmos problemas do passado retornaram. O serviço é prestado de forma precária, colocando a saúde e a integridade física dos consumidores em risco", alertou Lítia Cavalcanti.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
JORNAL PEQUENO				
EDITORIA				
Capa				
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	1	Gerada
				Positiva

MPMA realiza vistoria nos ferry-boats de São Luís

O Ministério Público e a Marinha realizaram, ontem, 18, vistoria nos ferry-boats Cidade de Tutóia e Baía de São Marcos das empresas Servi-Porto e Internacional Marítima, respectivamente, ancorados no Terminal da Ponta da Espera, em São Luís.

PÁG. 5 (C1)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Atos, Fatos e Baratos					
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	2	Gerada	Positiva

Desce

Banheiros fechados, sujeira na cabine reservada a idosos e pessoas com deficiência, falta de sinalização de rotas de fuga e desembarque de passageiros sem medidas de segurança. Estas foram algumas das irregularidades encontradas durante vistorias nos ferry-boats Cidade de Tutóia e Baía de São Marcos das empresas Servi-Porto e Internacional Marítima, respectivamente, ancorados no Terminal da Ponta da Espera, em São Luís.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

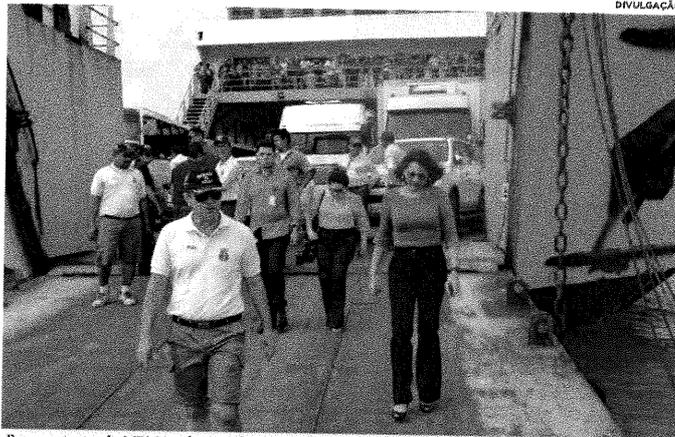
VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Cidade					
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	5	Gerada	Positiva

Durante vistoria, Ministério Público constata irregularidades nos ferry-boats

O Ministério Público do Maranhão e a Marinha realizaram na manhã de segunda-feira, 16, vistoria nos ferry-boats Cidade de Tutóia e Baía de São Marcos, das empresas Servi-Porto e Internacional Marítima, respectivamente, ancorados no Terminal da Ponta da Espera, em São Luís. A atividade marcou o início de uma série de inspeções que serão realizadas nas embarcações.

O objetivo inicial foi verificar a segurança dos barcos, e durante o trabalho as promotoras de justiça de Defesa do Consumidor de São Luís, Lítia Teresa Costa Cavalcanti e Alineide Martins Rabelo Costa, constatarem uma série de irregularidades na prestação dos serviços aos passageiros que utilizam o transporte aquaviário. A Marinha avaliou a documentação das embarcações e dos tripulantes, além de inspecionar as casas de máquinas nas embarcações. No Cidade de Tutóia, foi constatado que o esgoto de um dos banheiros está pingando na casa de máquinas, no espaço onde os trabalhadores do setor transitam. "Trata-se de um desrespeito às condições de salubridade em um ambiente de trabalho", afirmou Lítia Cavalcanti.

Em relação aos direitos dos consumidores, o MPMA detectou uma série de irregularidades: banheiros fechados, sujeira na cabine reservada a idosos e pessoas com deficiência, falta de sinalização de rotas de fuga e desembarque de passageiros sem medidas de segurança.



DIVULGAÇÃO

Representantes do MPMA e da Marinha percorreram todas as dependências dos ferries, a fim de garantir uma boa prestação de serviço aos passageiros

"Falta conservação e higiene nas embarcações", destacou Alineide Costa. Em 2014, o MPMA firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Servi-Porto e a Internacional Marítima a fim de sanar irregularidades nas áreas de segurança e higiene. "Após a homologação do acordo e diante das cobranças do Ministério Público os problemas foram corrigidos, mas o que se observa hoje é que os mesmos problemas do passado retornaram. O serviço é prestado de forma precária,

colocando a saúde e a integridade física dos consumidores em risco", alertou Lítia Cavalcanti.

REGRAS

O embarque deveria obedecer aos critérios de prioridade para idosos, pessoas com deficiência, crianças de colo e mulheres grávidas. Já os veículos só poderiam adentrar nos ferry-boats após a acomodação de todos os passageiros. A saída de passageiros das embarcações no interior dos veículos também estava proibida. Durante o desembarque,

deveria ser priorizada a saída de pedestres. Para efetivar a medida, as empresas de ferry-boat se comprometeram a instalar uma corrente de proteção antes da rampa de acesso ao terminal, que só poderá ser retirada após a saída do último passageiro. As empresas também se comprometem a efetuar sinalizações necessárias dentro das embarcações e disponibilizar, em sua tripulação, funcionários para orientar passageiros durante o embarque, travessia e desembarque.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Cidades					
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	6	Espontânea	Positiva

Perícia em prédio do Fórum busca detectar danos após tremor

Devido à vibração repentina, houve correria; equipamento usado na construção do estacionamento ao lado do Fórum foi apontado como causa do tremor

De Jesus

Uma grande agitação aconteceu, na manhã desta quarta-feira, 18, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, provocada por um tremor no prédio, localizado no bairro Calhau. A vibração na estrutura, que foi causada por uma obra de construção do estacionamento nas dependências do Ministério Público do Maranhão (MPMA), durou alguns minutos, mas o suficiente para que servidores, magistrados, advogados e visitantes saíssem correndo para o lado de fora. O Corpo de Bombeiros Militar (CBMMA) realizou uma perícia no edifício, para verificar possíveis danos.

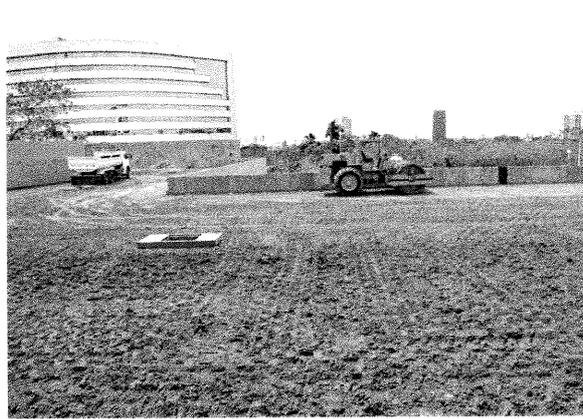
Primeiramente, os bombeiros militares que trabalham no edifício averiguaram a situação, mas, por precaução, uma equipe da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil foi enviada ao local, para fazer o procedimento pericial. "Temos uma equipe de engenheiros do Fórum que também participou da averiguação. Inicialmente, verificaram que a trepidação teria sido causada por uma obra ao lado do prédio, em um terreno", pontuou o major Lisboa, do CBMMA.

A vibração

O tremor foi registrado por volta das 8h40, quando algumas pessoas entravam e outras saíam do local. De acordo com relatos de servidores, o episódio tenso teve duração de poucos minutos. A diretora do Fórum Sarney Costa, Diva Maria Barros Mendes, explicou que, apesar do momento de pânico, não houve necessidade de evacuação. "O evento causou pânico entre os servidores, magistrados e demais pessoas que transitavam no prédio. Foi tudo muito rápido. As próprias pessoas desceram transtornadas e saíram", esclareceu.

Mesmo depois que a vibração cessou, ninguém se arriscou, de imediato, a entrar novamente no Fórum. A normalidade dos serviços retornou aos poucos durante o turno matutino. Quando o prédio sacudiu, casamentos estavam sendo realizados lá. Do lado de fora, na escadaria da edificação, algumas pessoas, ainda nervosas, comentaram que o tremor fora causado por um terremoto.

De acordo com Emmanuel Guterres, diretor-geral da Procurado-



Com compactação do solo no estacionamento ao lado, prédio do Fórum tremeu, gerando pânico no Calhau

SITUAÇÃO NA KENNEDY

Em outubro deste ano, o Corpo de Bombeiros Militar foi acionado para se deslocar até a Avenida Kennedy, no Bairro de Fátima, em São Luís, depois de relatos de que a estrutura de um prédio municipal estremeceu. Nas redes sociais, áudios sugeriram que pessoas saíram correndo do edifício. Os militares souberam no local que foi sentido um tremor em um determinado momento. Mas, ao fim da inspeção, o CBMMA concluiu que não houve nenhuma anormalidade, muito menos registro de abalo sísmológico, como foi divulgado na internet.

ria-Geral de Justiça do Maranhão (PGJMA), o tremor foi registrado em virtude de uma obra do estacionamento nas dependências do MPMA, sob a responsabilidade de uma empresa contratada para o serviço de compactação do terreno, ao lado do Fórum. Para o trabalho, foi utilizada uma máquina conhecida como "pé de carneiro" (rolo compressor), cuja atividade provocou a vibração na estrutura.

O tremor ocorreu, segundo Emmanuel Guterres, depois de uma pressão no solo, para permitir o posterior calçamento do terreno. "A vibração no solo ocasionou o tremor sentido nas dependências do Fórum de São Luís, enquanto a máquina estava em funcionamento. Após o desligamento do rolo compressor, a vibração cessou. Não houve nenhum risco à integridade física de quem frequenta o local", disse o diretor-geral da PGJMA.

Ainda conforme Emmanuel Guterres, devido ao problema, o Ministério Público do Maranhão so-

licitou, do Corpo de Bombeiros Militar, a realização de perícia nas instalações do Fórum. O objetivo é atestar a regularidade e segurança do prédio. Ele informou que a empresa efetuou o serviço de compressão sem aviso prévio à administração superior do Ministério Público, que ficou impossibilitada de comunicar o Poder Judiciário.

O diretor das promotorias da capital, Paulo Avelar, ressaltou que o serviço foi realizado sem a anuência da direção-geral do MPMA. "Foi uma atitude tomada por um engenheiro da obra, que determinou que fosse feito esse tipo de trabalho. Todas as providências legais e sociais foram tomadas, para que voltássemos à normalidade. Apuraremos o fato, para que não aconteça novamente", justificou.

Prédio rígido

O engenheiro Augusto Ottoni, da diretoria de Engenharia do Tri-

bunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), confirmou que a obra de compactação foi realizada com o rolo compressor. Ele disse que o equipamento transmitiu uma grande vibração no solo, devido à proximidade com o prédio do Fórum Sarney Costa. Na avaliação do profissional, o tremor pode ser classificado como de pequena monta, cujos danos não podem ser comparados, por exemplo, aos provocados por um terremoto.

"O prédio está seguro, pois é rígido. Não teve problema estrutural. Simplesmente aconteceu o que geralmente acontece em estrutura submetida a vibração. Na Ponte do São Francisco, por exemplo, quando passa um veículo pesado, como um caminhão, transmite a vibração para a ponte. Os carros que passam também sentem o tremor, mas a ponte em si não quebra, porque tem rigidez suficiente para aguentar aquilo", observou. ■



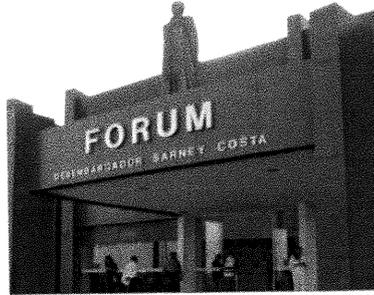
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	10	Espontânea	Positiva

TRANSTORNO

Tremor é registrado no Fórum José Sarney



TREMOR FEZ TRABALHADORES EVACUAREM O FÓRUM

Diversos áudios começaram a circular nas redes sociais nesta quarta-feira (18) afirmando que um possível tremor de terra teria atingido a sede do Fórum Desembargador José Sarney, localizado no bairro do Calhau, em São Luís.

As primeiras informações dão conta que a estrutura chegou a balançar e diversas pessoas tiveram que evacuar o prédio rapidamente.

No entanto, a diretoria do Fórum esclareceu que o tremor foi causado por uma obra, e que não apresenta maiores riscos à estrutura, consequentemente, não houve a necessidade de evacuação.

Os serviços prestados pelo Fórum, permanecem funcionando normalmente nesta quarta-feira. A obra teve suas atividades suspensas.

Nota de esclarecimento – A Diretoria do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau) esclarece que uma obra de compactação no terreno do Ministério Público Estadual, ao lado do prédio do Fórum, provocou vibrações naturais na estrutura do imóvel. O engenheiro da empresa responsável pela obra se deslocou à Diretoria do Fórum para esclarecer que essa vibração não apresenta qualquer risco para o imóvel e para as pessoas, não havendo motivos para pânico e evacuação do prédio. As atividades do órgão estão mantidas, funcionando normalmente nesta quarta-feira (18). A obra já foi suspensa por determinação do engenheiro responsável pelos serviços. Uma equipe do Corpo de Bombeiros do Maranhão (CBMMA) esteve no local.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Política					
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	3		

SL: estimado em R\$ 3,4 bi, orçamento de 2020 é aprovado na Câmara

LOA foi aprovada na Casa sem polêmicas; as emendas impositivas contribuíram para o clima de tranquilidade no Legislativo para aprovação da lei orçamentária



Veredores de São Luís votaram pela primeira vez, em sete anos, a proposta de Lei Orçamentária do município em sessão rápida e sem polêmicas

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020, que estima as receitas e as despesas do Executivo Municipal, foi aprovada na Câmara de São Luís, ontem. O montante estimado chega a R\$ 3,4 bilhões, quase R\$ 302 milhões a mais em relação ao orçamento previsto para 2019.

A votação ocorreu rapidamente, em sessão ordinária que durou poucos minutos, após uma manhã de discussões e votações de outros projetos que estavam na ordem do dia. O vereador Raimundo Penha (PDT), vice-líder do prefeito Edivaldo Júnior (PDT) e relator da matéria, comemorou a aprovação. Segundo ele, a LOA garante que os investimentos, que contemplam segmentos essenciais como educação e saúde, não sofram diminuição.

No Projeto de Lei nº 234/2019, acompanhado da Mensagem nº 019/2019, o Executivo faz um diagnóstico sobre a situação econômica do país e suas perspectivas. Na comparação com o orçamento do ano passado, a LOA 2020 prevê uma receita de pouco mais de R\$ 3,49 bilhões, um incremento de 9,5% (cerca de R\$ 302 milhões) a mais na estimativa orçamentária para este ano.

O projeto que define um parâmetro geral e específico de onde e

MAIS

Tramitação

Pela Constituição e Lei Orgânica, a LOA deve ser entregue pelo Poder Executivo até 31 de agosto de cada ano e pode ser aprovada até dezembro, mas essa prática não é obrigatória e não impede que a Câmara entre em recesso. O texto compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos,

como o Executivo planeja aplicar os recursos no próximo ano, foi aprovado por unanimidade.

Divisão

A Saúde é a área com a maior destinação de verba em 2020. Serão mais de R\$ 938 milhões. Educação tem previsão no Orçamento de ser investido mais de R\$ 685 milhões, Administração vem em seguida como o terceiro maior orçamento ficando com algo em torno de R\$ 505 milhões e tem ainda a Previ-

ência municipal, na qual os gastos previstos são de R\$ 484 milhões no próximo ano. As áreas com os menores investimentos são Esporte e Lazer (R\$ 5 milhões), Agricultura (R\$ 4,8 milhões) e Segurança Pública (R\$ 1,6 milhões).

dência municipal, na qual os gastos previstos são de R\$ 484 milhões no próximo ano.

As áreas com os menores investimentos são Esporte e Lazer (R\$ 5 milhões), Agricultura (R\$ 4,8 milhões) e Segurança Pública (R\$ 1,6 milhões).

Emendas

Após audiência pública realizada pela Câmara, foram abertos prazos para a apresentação de emendas ao texto da LOA, além das emendas impositivas, conforme parágrafo 9º do artigo 118 da Lei Orgânica do Município, que garante 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto orçamentário deve ser aplicado em obras, projetos ou instituições sociais indicadas pelos próprios vereadores.

Após audiência pública realizada pela Câmara, foram abertos prazos para a apresentação de emendas ao texto da LOA, além das emendas impositivas, conforme parágrafo 9º do artigo 118 da Lei Orgânica do Município, que garante 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto orçamentário deve ser aplicado em obras, projetos ou instituições sociais indicadas pelos próprios vereadores.

Após audiência pública realizada pela Câmara, foram abertos prazos para a apresentação de emendas ao texto da LOA, além das emendas impositivas, conforme parágrafo 9º do artigo 118 da Lei Orgânica do Município, que garante 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto orçamentário deve ser aplicado em obras, projetos ou instituições sociais indicadas pelos próprios vereadores.

LOA foi aprovada pelos vereadores em sessão rápida

Maior orçamento de 2020 em SL será o da Saúde



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	10

PF investiga origem de cigarros que são apreendidos na Ilha

No Maranhão, já virou rotina a apreensão de cigarros de origem duvidosa; último caso foi na Vila Maranhão em operação da Polícia Militar Militar

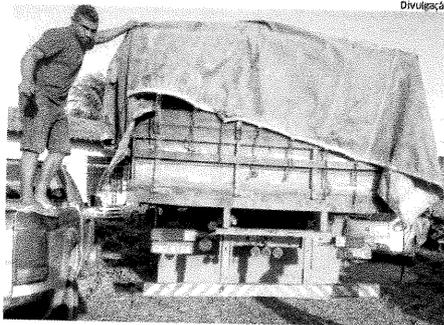
NELSON MELO
Da equipe de O Estado

A Polícia Federal (PF) recebeu um material apreendido pela Polícia Militar para descobrir sua origem. No total, foram 47 caixas de cigarros, que continham cada uma 50 cartelas, que seriam contrabandeadas. A operação foi realizada pelo Grupo de Serviço Avançado (GSA), também conhecido como "serviço velado", na noite de segunda-feira, 16. O produto foi encontrado na Rua do Trilho, Residencial Pico, que fica na região da Vila Maranhão, na zona rural de São Luís.

De acordo com informações colhidas por O Estado junto ao Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops), a guarnição do GSA 1 recebeu denúncias anônimas sobre um local na Vila Maranhão que estaria servindo como depósito para cigarros contrabandeados. Desse modo, a equipe se preparou e saiu a campo, para verificar a veracidade do que foi repassado pela pessoa.

Ao chegarem ao local, em um momento oportuno, os policiais militares encontraram as 47 caixas de cigarros. O produto, segundo o Ciops, é da marca Gold Seal. No depósito, não foi encontrada nenhuma pessoa. As cartelas apreendidas foram apresentadas no plantão da Polícia Federal, no bairro da Cohama, em São Luís.

O material encontrado na Vila Maranhão pelo GSA será submetido a um



Caminhão apreendido com cigarro contrabandeado no Interior

procedimento da Perícia Criminal da PF para que os investigadores descubram a rota do cigano até chegar a São Luís. O objetivo é apurar se a carga chegou à capital maranhense por via marítima ou terrestre.

Apreensão em Alcântara

No Maranhão, já virou rotina a apreensão de cigarros. Recentemente, no dia 6 de dezembro, cerca de 12 toneladas foram apreendidas no estado. A operação aconteceu na cidade de Alcântara, mas repercutiu no município de Bequimão, pois alguns membros da quadrilha eram de lá. De acordo com informações do delegado Guilherme Campello, da Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), a Polícia Civil estava monitorando a entrada de embarcações nos

portos localizados no interior maranhense, incluindo os da Baixada, pois havia denúncias de que produtos contrabandeados estavam chegando por via marítima.

Sendo assim, em conjunto com o 10º Batalhão de Polícia Militar (BPM), foi realizada uma campanha no povoado Novo Belém, em Alcântara, que resultou na abordagem a três caminhões. Entre os veículos, os policiais civis e militares encontraram mais de 10 toneladas de cigarros, das marcas GIFT e Record, frutos de contrabando, como o delegado frisou, pois não havia nota de procedência das mercadorias.

Flagrante

Em flagrante, foram presos Raimundo Cleofas Guerra Alencar, de 60 anos;

Robson Silva Guedes, de 42 anos; Aldo Pereira Cavalcante, de 42 anos; Ivo Evangelista, de 45 anos, e Odoriel Cusmão Pereira, de 40 anos. Guilherme Campello destacou que outras 24 pessoas foram conduzidas à delegacia por terem sido contratadas pelos "mafiosos" para descarregar a carga nos portos da região. Depois de serem ouvidas, foram liberadas.

"Estávamos investigando essa entrada de produtos contrabandeados pelos nossos portos do interior e conseguimos dar esse primeiro grande golpe nessa máfia", disse o delegado Guilherme Campello. Esta investigação está sendo realizada pela PF; uma vez que há informações de que o carregamento veio do exterior, provavelmente, do Paraguai. "Vamos compartilhar tudo com a PF; pois são produtos que vêm de fora, por meio de embarcações, para aprofundarmos o caso. Esses barcos aportam em pequenos portos, onde é feito o transbordo das cargas para os caminhões", explicou o titular da SPCI.

Além da carga de cigarros e dos caminhões, os policiais também apreenderam R\$ 2.774,00 em espécie e celulares, segundo o tenente-coronel Cláudio, comandante do 10º BPM. O oficial esclareceu que a operação aconteceu depois que as equipes receberam uma ligação anônima relatando que, no Porto Cajapari, em Alcântara, três caminhões estavam sendo carregados com cigarros, fato confirmado com a prisão dos envolvidos. ●

Líder de facção de alta periculosidade está no semiaberto

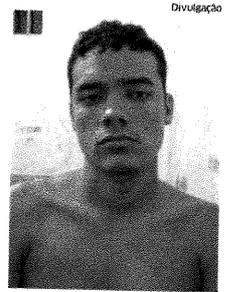
Robson Bruno, o *Extremo*, é acusado de vários crimes, inclusive ataque a ônibus em São Luís

Considerado um criminoso de alta periculosidade, com extensa ficha criminal, Robson Bruno Pereira Oliveira, de 28 anos, conhecido como *Extremo*, está no regime semiaberto, na Unidade Prisional de Resocialização (UPR) do Anil, antiga Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), em São Luís. Ele é catalogado como uma das lideranças de uma facção criminosa que surgiu na capital maranhense. Inclusive, passou uma temporada em presídio federal após os ataques a ônibus e delegacias em janeiro de 2014, que resultaram na morte de Ana Clara Santos Sousa, de 6 anos.

Uma fonte da polícia ouvida pelo O Estado informou que, por enquanto, ele ainda não está trabalhando, como pede o regime semiaberto, mas pode conseguir um emprego a qualquer momento. Isso significa que estará nas ruas, o que representa um risco à sociedade, uma vez que *Extremo* é membro da alta cúpula da facção, ocupando um cargo que é denominado de "final" na organização criminosa. Robson Bruno havia sido beneficiado com saída temporária no segundo semestre deste ano, Dia das Crianças, mas só retornou ao presídio depois de quase um mês após o prazo ter terminado. Ele, por conta do regime semiaberto, pode sair novamente, nesta Natal.

Ex-militar

Segundo a polícia, antes de ingressar na vida criminosa, *Extremo* esteve nas fileiras do Exército Brasileiro. Na instituição, trabalhou como armeiro - pessoa que repara, modifica, desenha ou constrói armas de fogo - no então 24º Bata-



Robson Bruno Oliveira ganha semiaberto e procura emprego

lhão de Caçadores, hoje 24º Batalhão de Infantaria de Selva (24º BIS). Por motivos desconhecidos, saiu da instituição e começou a praticar delitos na região metropolitana de São Luís.

Por ter se destacado na criminalidade, *Extremo* ganhou respeito entre os comparsas e hoje é líder de facção. A sua "quebrada" é o complexo DSL, composto pelos bairros Divinéia, Sol e Mar e Vila Luizão, na capital. A prisão dele aconteceu em 13 de agosto de 2013, sob suspeita de ter ordenado a execução do dono de quitinetes da Divinéia, Luís Nunes Costa, 56, o Luís Cohama.

Presídio federal

No dia 20 de janeiro de 2014, por volta das 9h, iniciou-se a transferência de presos considerados líderes de facções criminosas, que estavam ordenando ataques diretamente de Pedrinhas. ●

Integra em oestadoma.com/477634



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Geral			
DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	10

ESTELIONATO

Homem é preso por se passar por padre



ACUSADO AFIRMOU QUE FATUROU EM TORNO DE R\$10 MIL.

Um homem foi preso, na manhã de hoje (17), no bairro Coqueiro, em São Luís, suspeito de estelionato. Adeildo Lima dos Santos estaria se passando por padre de uma igreja católica da capital, pedindo doações em seu nome e em nome da Igreja.

De acordo com as investigações da Polícia Civil, Adeildo Lima pedia valores em espécie ou transferências bancárias, alegando que era para uma futura reforma nas instalações da igreja.

O falso padre, que já possuía outras passagens em delegacias maranhenses, afirmou que faz isso há vários anos, e que nos últimos 3 meses faturou, através dos golpes, uma quantia avaliada em torno de R\$10 mil.

As investigações contra o suspeito continuam para que outros possíveis envolvidos no crime sejam localizados, já que a polícia identificou que algumas das contas bancárias que receberam os valores não pertenciam a Adeildo.

Após os procedimentos legais iniciais, o preso foi encaminhado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde ficará à disposição da Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA	19 / 12 / 2019	PÁG.	12		
------	----------------	------	----	--	--

Seis pessoas são presas em operação nas cidades de Pinheiro e Pedro do Rosário

Houve ação, também, em Presidente Sarney, mas ninguém foi preso

LUCIENE VIEIRA

Seis pessoas foram presas durante uma operação denominada de "Noite Feliz", realizada pela Polícia Civil, nas cidades de Pinheiro e Pedro do Rosário, na manhã de ontem (18). Cinco das seis prisões ocorreram em Pinheiro. São elas: o casal Nelson e Ana Cláudia Boas, preso por tráfico de droga e associação para o tráfico. Na casa deles, a polícia encontrou 149 cabeças de merla, 76 gramas de cocaína, e 728 gramas de crack. Ronald Marcos Amorim Costa, preso por tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo. Na casa dele, a polícia encontrou 21 'cabeças' de maconha; 52,5 gramas de cocaína, uma garfucha caseira, e uma munição calibre ponto 38. Fernando Menezes Ribeiro foi preso por comércio ilegal de munições. Na casa dele, os policiais encontraram 13 munições calibre ponto 28, seis



Suspeitos presos em operação da Polícia Civil, desencadeada nas cidades de Pinheiro e Pedro do Rosário

munições calibre ponto 36, cinco munições calibre ponto 20, e nove munições calibre ponto 32. E, Thalia Martins Castro, presa por tráfico de drogas. Na residência de Thalia, a polícia encontrou 26 gramas de uma substância semelhante à maconha. Em Pedro do Rosário, foi preso

em flagrante pelo crime de posse de arma de fogo Jadsom Marques Souza, também conhecido como "Periquito". Com ele, a polícia encontrou um revólver calibre ponto 38, com seis munições intactas e cinco deflagradas. Ações da operação também ocorreram em Presidente Sarney,

mas nesta cidade ninguém foi preso. Participaram da Noite Feliz, as delegacias regionais de Pinheiro, Viana e Cururupu. O saldo foram 14 mandados de busca domiciliar em Pinheiro, um em Pedro do Rosário, e um em Presidente Sarney.

FOTOS: DIVULGAÇÃO/PC

Dois homens são capturados suspeitos por roubos em São José de Ribamar

Nessa quarta-feira (18), em ocorrências distintas, dois homens foram presos pela Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência de Polícia Civil da Capital, suspeitos de roubar celulares em São José de Ribamar. Jancleusson Kley Nascimento Soeiro teria cometido um assalto no dia 27 de agosto deste ano, no bairro Vassoural, em São José de Ribamar. Segundo a polícia, naquela data, Jancleusson Kley utilizou uma arma de fogo para assaltar uma pessoa, e roubou o celular da vítima. As investigações apontam que Jancleusson Kley já teria sido preso anteriormente por roubo. Pela ocorrência de



Adeilson Rogério e Jancleusson Kley foram presos em Ribamar, apontados como autores de roubos naquela cidade

quatro meses atrás, o suspeito foi autuado por roubo qualificado com emprego de arma de fogo. A vítima reconheceu Jancleusson Kley; o suspeito foi levado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A segunda prisão foi a de Adeilson Rogério Santos de Sousa, de 33 anos, suspeito de roubar celulares em São José de Ribamar. Segundo as investigações, Adeilson agia com a ajuda de outra pessoa, e utilizava materiais cortantes, como faca nos crimes que cometia. O suspeito foi levado ontem mesmo para o Centro de Triagem em Pedrinhas. (LUCIENE VIEIRA)

FOTOS: DIVULGAÇÃO/PC

Imperatriz

Jovem é baleado após apontar arma para PMs e não resiste

Emerson Mesquita, de 21 anos, foi baleado por uma guarnição policial, após apontar um revólver para a polícia. O fato ocorreu na noite de terça-feira (17), no bairro Imigrantes, em Imperatriz. Emerson foi socorrido no local por policiais, mas faleceu no centro cirúrgico

do Hospital Municipal de Imperatriz (HMI), conhecido como Socorão. De acordo com a polícia, a guarnição do 3º Batalhão da Polícia Militar foi ao Imigrantes, atender uma ocorrência de disparos de arma de fogo. O local era uma rua sem saída. Os

policiais desceram da viatura, e neste momento Emerson teria apontado a um revólver calibre 38 para um deles. Emerson estava em uma motocicleta, que foi apreendida junto com a arma pela polícia. O jovem morava no bairro São José de Imperatriz. (LV)



Emerson Mesquita foi alvejado durante abordagem policial, mas não resistiu

DIVULGAÇÃO

Foragido da Justiça é morto a facadas em Bom Jardim

Um homicídio foi registrado na noite de terça-feira (17), em Bom Jardim. A vítima foi um homem, que estava foragido da Justiça, identificado como Edinaldo dos Santos Abreu, também conhecido como 'Cambota'. Ele foi assassinado em uma área próxima de uma ponte entre a Vila Pedrosa e a Vila Esperança. As primeiras

informações dão conta que Edinaldo tinha desavenças com um morador do povoado Centro do Bastião, também em Bom Jardim, e que este morador tinha dito que mataria o foragido da Justiça. Segundo a Polícia, com base nas informações divulgadas no blog "Portal Fala Maranhão", a vítima

tinha várias passagens pela delegacia, e, atualmente, consta que Edinaldo estava foragido, desde o dia 28 março de 2018; nesta data ele teria sido beneficiado com saída temporária, e o detento não retornou à cadeia para cumprir o restante da pena. Não foi informado o motivo pelo qual Edinaldo tinha sido preso. (LV)



DIVULGAÇÃO